

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação/Fórum de Lisboa



Tempo para ouvir

Em Portugal, a 7,3 mil km de Brasília, o Fórum de Lisboa cria uma imersão que possibilita o debate, sem compromissos extras de agenda. Apenas a concentração no diálogo. O ministro Alexandre de Moraes, sempre muito ocupado no STF, teve tempo para ouvir. Saiu, assim, uma decisão que zerou o jogo do embate sobre o IOF.

Homenagem à Juíza Ana Maria Ferreira da Silva

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) prestou homenagem à juíza de direito substituta de segundo grau Ana Maria Ferreira da Silva, ao manter seu nome na lista triplíce exclusivamente feminina para o cargo de desembargadora. A seleção resultou na escolha da juíza Soníria Rocha Campos D'Assunção. Antes da definição da lista, havia dúvida quanto à inclusão da magistrada Ana Maria, tendo em vista seu pedido de aposentadoria para 5 de setembro. No dia 15 do mesmo mês, a juíza completará 75 anos, idade-limite estabelecida para aposentadoria compulsória. Caso fosse escolhida para o cargo, a magistrada exerceria a função por pouco mais de um mês. Sua permanência na lista, mesmo diante da iminente aposentadoria, foi interpretada como um reconhecimento e gesto de consideração por parte dos colegas.



Divulgação/TJDFT



Investigação sem burocracia

No Fórum de Lisboa, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, voltou a defender a Tese 990 do STF, ao participar do painel sobre segurança pública e federalismo cooperativo: enfrentando as organizações criminosas. Gonet disse que a burocracia atrapalha as investigações de crimes complexos, por isso, a decisão do Supremo sobre a possibilidade de compartilhamento de relatórios de inteligência financeira para fins penais, sem prévia autorização judicial, é tão importante.

Mariana Campos/CB



Para proteger a liberdade de expressão

O presidente do STF, Luis Roberto Barroso, afirmou, no XIII Fórum de Lisboa, que o TSE vai reprimir fortemente o uso de inteligência artificial para produzir fake news. Ele não acredita que haverá tempo para o Congresso aprovar o Marco Civil da IA, o que seria o ideal. Por isso, caberá ao TSE agir em 2026. “No dia que a gente não puder mais acreditar naquilo que a gente vê e ouve, a liberdade de expressão terá perdido o sentido. Então, é preciso que as pessoas entendam que algumas intervenções que o Judiciário precisa fazer são para proteger a liberdade de expressão e não para coibir”.

Do contra

Luis Roberto Barroso explicando por que causou polêmica a decisão do STF sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet: “Há pessoas que não leram e por isso não entenderam, há pessoas que leram e não entenderam e há pessoas que não leram e não gostaram”. Vale para vários assuntos decididos no Supremo.

De Xapuri a Lisboa

Em conversa com jornalistas, Barroso falou sobre críticas que geralmente recebe quando viaja para a Europa com o propósito de participar de congressos, fóruns ou reuniões de trabalho. “Na minha missão de levar justiça aonde preciso levar, vou a Xapuri, no interior do Acre, vou a Humaitá, no interior da Amazônia, vou a Altamira, vou a Rio Branco, vou a Porto Velho, mas quando venho em evento na Europa dizem que estou fazendo o circuito Elizabeth Arden. Quando vou a Xapuri, não sai em lugar nenhum.” E acrescentou: “Eu visito comunidades indígenas, eu visito sindicatos, muitas vezes sou recebido por governadores. Todas essas pessoas têm interesse no Supremo. Eu vou a eventos de empresários que têm interesse no Supremo. Eu vou a eventos de empresas jornalísticas que têm interesse no Supremo. Portanto, todo mundo tem interesse no Supremo, das comunidades indígenas aos empresários. Eu converso com planos de saúde e com os usuários dos planos de saúde, com as famílias dos autistas, com os que fazem tratamento de câncer. É meu papel, mais ainda como presidente, ouvir todos os segmentos da sociedade”.

Arquivo pessoal



IA e a culpa humana

O conselheiro Rodrigo Badaró, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao participar do painel Inovação na Justiça, Desenvolvimento e Uso do IA no Direito, no Fórum de Lisboa, fez um alerta. “A IA no Judiciário é um caminho sem volta, e parte da solução para uma litigância superlativa. Tendo sido conselheiro dos três órgãos — OAB, MP e Magistratura (CNJ) — vejo que estão fazendo seu dever de casa, por meio de recomendações, resoluções e planejamento institucional para uso. Todavia, é preciso mais. Todos do Judiciário e advogados precisam exercer a ética e o bom senso antes de usar, e precisa ter um controle auditável dos sistemas usados, bem como um monitoramento no desenvolvimento e uso pelos tribunais de IA, o que já está previsto na resolução 615 do CNJ”, afirmou. E acrescentou: “Sou otimista e vejo que muito em breve haverá muitos recursos tecnológicos também para identificar deep fake e uso indevido da inteligência artificial, mas sempre a culpa será humana quando não refletir antes de usar”.

Mariana Campos/CB/D.A Press



“O direito e a democracia enfrentam desafios sem precedentes. O que significa falar em responsabilidade de um agente automatizado? De que forma a democracia pode sobreviver num tempo de desinformação? Como garantir que o princípio da dignidade da pessoa humana – pedra angular do constitucionalismo contemporâneo, para onde todo o penoso processo de desenvolvimento histórico do direito no Ocidente nos encaminhou – não seja sacrificado no altar da eficiência algorítmica?”

Ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), na abertura do XIII Fórum de Lisboa